

Governo quer crescimento e emprego

■ US\$ 4 bilhões serão investidos em construção de casas e recuperação de estradas

Josemar Gonçalves — 1/10/92

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco aprovou na reunião ministerial dos dois últimos dias a volta do crescimento por setores da economia, com investimentos em áreas que geram mais empregos, como construção de casas populares e recuperação de estradas. Itamar concordou ainda em negociar incentivos para alguns setores industriais, desde que eles se comprometam a fazer novos investimentos, aumentar a oferta de empregos e produzir bens mais populares, entre eles confecções, calçados e até automóveis.

Haverá ainda incentivos às exportações e a execução de vários programas sociais que amenizem a recessão para as pessoas mais pobres. Somente na recuperação de estradas serão investidos no próximo ano US\$ 2 bilhões a mais do que os US\$ 500 milhões previstos inicialmente. O governo também vai destinar US\$ 1,5 bilhão para a construção de casas populares. Serão utilizados recursos do orçamento, do ajuste fiscal e de empréstimos externos. A expectativa do governo é de que sejam gerados, nestas duas áreas, cerca de um milhão de novos empregos a partir do primeiro semestre de 93.

Itamar autorizou ainda a reabertura das discussões das câmaras setoriais, onde serão negociados os acordos com as indústrias para investimentos e produção menos sofisticada. Agroindústria e fabricantes de carros serão os primeiros a discutir com o governo programas que terão metas trimestrais de produção, emprego, investimentos, produtividade e exportação. Em troca, o governo oferecerá redução gradual da carga tributária, linhas de financiamento específicas e desregulamentação de burocracia.

Estes são dois campos de atuação que o governo definiu para a retomada do crescimento e foram anunciados ontem pelo ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad, pouco antes do início da segunda parte da reunião ministerial, no Palácio do Planalto. O governo também vai estabelecer uma política de incentivo às exportações brasileiras. "A meta prevista é que o Brasil chegue ao final do próximo ano, com as exportações em torno de US\$ 50 bilhões", adiantou. Atualmente as exportações brasileiras estão situadas na faixa de US\$ 36 bilhões.

Por determinação do presidente, Haddad fez um relato da reunião iniciada na sexta-feira. Segundo o ministro, os ministérios da área social - Saúde, Trabalho, Previdência e Educação - também elaboraram programas especiais com objetivo de gerar empregos, os quais deve-

rão ser divulgados esta semana. "A preocupação central é o desemprego provocada pela recessão. A prioridade número 1 é fazer programas que possam retomar esses empregos", resumiu Haddad.

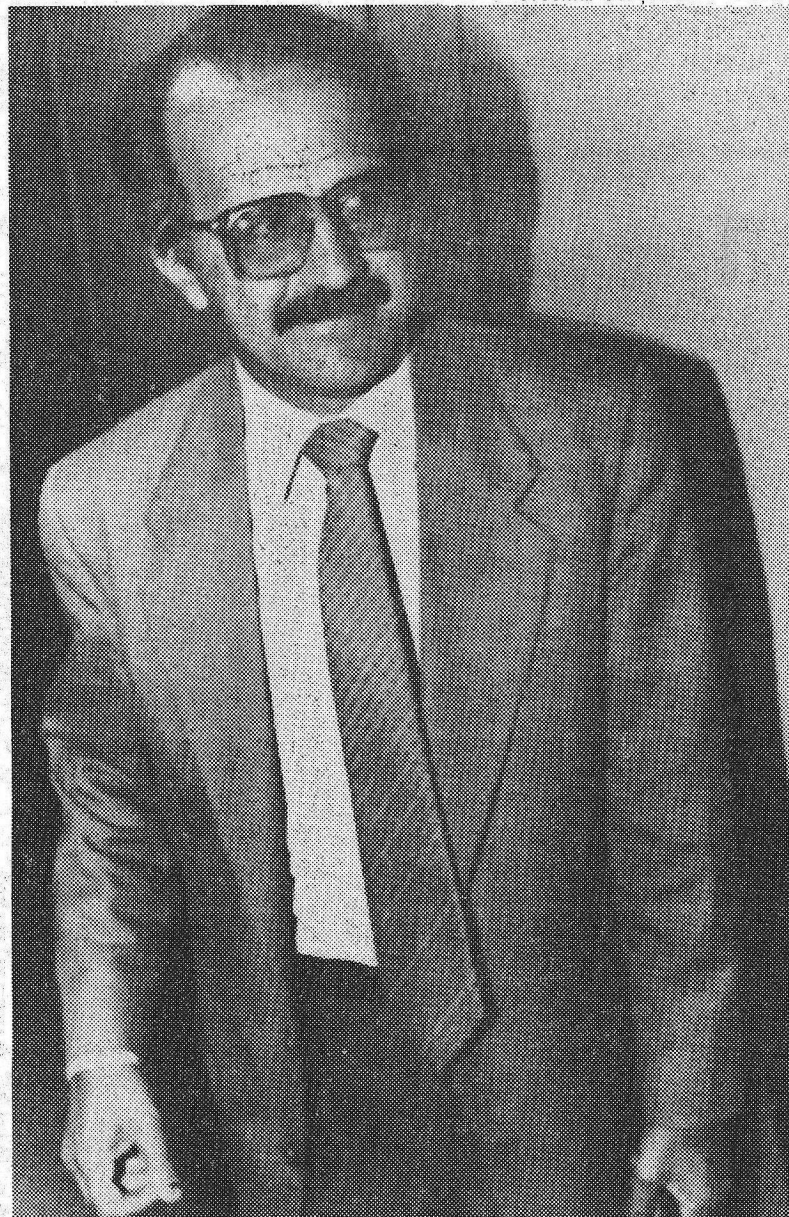
A discussão da política salarial ocupou a primeira parte da reunião de sexta-feira, concluída com as decisões sobre a retomada do crescimento econômico. Em nome do presidente, o ministro do Planejamento e Fazenda reafirmou os compromissos do governo com políticas sociais e na área econômica.

"Na administração dele não vai haver nenhum tipo de choque econômico, incluindo medidas que não possam ser discutidas com a sociedade, como confisco da poupança, prefixação de preços e salários, congelamento e dolarização", assegurou. Numa clara referência à administração de Collor e seu confisco da poupança, Haddad disse que o compromisso do presidente com a população é não surpreendê-la com atos arbitrários que quebrem regras contratuais ou que atinjam interesses patrimoniais.

Na área de políticas sociais, salientou, Itamar quer que cada ação do governo na área econômica, administrativa e político-institucional tenha presente a realidade da pobreza no país, "que atinge 45 milhões de brasileiros". O ministro explicou que, na definição de políticas tarifárias das estatais, será incorporado o componente das desigualdades sociais, como ocorreu na véspera com a definição de preços dos Correios, que criou a "carta social", 50% mais barata que a carta comum. O preço de Cr\$ 700,00 da nova carta, de acordo com Haddad, só vai sofrer reajuste com alterações no salário mínimo.

"Essa preocupação também vai aparecer no gás de cozinha, no consumo de energia elétrica até 30 kw e da ficha telefônica, atingindo bems de serviço de consumo popular", antecipou. Foi com este objetivo — acrescentou — que ao formular a política salarial o presidente estendeu ao salário mínimo a antecipação a cada dois meses.

□ Na reunião de ontem, o ministro dos Transportes, Alberto Goldman, defendeu investimentos na recuperação de estradas, explicando que a má conservação aumenta em até 58% o consumo de combustível, em 38% o custo operacional, em até 50% o número de acidentes e em até 100% o tempo de viagem. O diagnóstico do sistema de transportes é preocupante: 16% da malha rodoviária estão em péssimo estado; 16% em mau estado; 19% em estado regular; 36% em estado bom e 13%, excelente.



Haddad garantiu que não haverá choques nem dolarização